



# 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT - Organização, Mediação, Tecnologia e Sociedade

## **BIBLIOTECA JURÍDICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: RELATO DE CASO DO ACERVO CHAGAS PEREIRA**

Autores:

Leandro do Nascimento de Souza  
Maria Laura Costa Tambellini Barros  
Mariana Isabelle de Medeiros Santos  
Thiago Novaci Gomes  
Lillian Vitória da Silva Pimentel

### **RESUMO**

Os acervos em bibliotecas jurídicas podem ser considerados como instrumentos essenciais para a preservação da memória institucional, promoção e valorização da história, identidade e trajetória das instituições do Judiciário por meio da organização e difusão do conhecimento jurídico. Este artigo traz o relato do processamento técnico do acervo Chagas Pereira, realizado pela Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto, unidade gestora da coleção, apresentando os desafios encontrados durante o processo de atualização e ajustes necessários na catalogação, classificação e indexação das obras, além de trazer informações sobre o antigo desembargador que dá nome ao acervo e apresentando uma breve contextualização sobre a função dentro da perspectiva histórica da Justiça do Trabalho no Brasil. Como resultados da implementação das etapas do novo processamento técnico, observaram-se benefícios significativos nas atividades de classificação, catalogação e indexação, que passaram a facilitar e agilizar a localização, organização e identificação das obras, tanto por usuários, presencialmente e por meio do site da biblioteca, quanto pelos profissionais da unidade, como bibliotecários e estagiários, durante o atendimento. Além disso, o tratamento dado ao acervo contribuiu para a consolidação da biblioteca como unidade de informação comprometida com a preservação e difusão da memória institucional, ao manter e valorizar materiais que refletiram diretamente a trajetória e o legado intelectual de um ex-desembargador do tribunal.

**Palavras-chave:** biblioteca jurídica; memória institucional; acervo; processamento técnico; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

### **1 INTRODUÇÃO**

As bibliotecas jurídicas dentro de suas atribuições, também tem como função garantir que as informações alcancem a todos os colaboradores, dos órgãos jurídicos, que necessitem de informações pertencentes aos acervos destas unidades de informação. Por meio dos serviços oferecidos, e dentre as várias opções de atendimento das demandas dos usuários, pode-se citar



# 27<sup>o</sup> Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

o acesso aos acervos bibliográficos, tidos como fontes de informação organizadas e estruturadas para a disponibilização da informação registrada.

Segundo Cunha (2008, p. 2) um acervo pode ser compreendido como um “[...] conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação”, aqui neste trabalho, daremos ênfase na importância de um acervo que tem valor informacional para a pesquisa e a memória. Assim, considerando a importância do Acervo Chagas Pereira (ACP), pertencente a Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto (BPMJN) que está inserida no Tribunal Regional do Trabalho da 21<sup>a</sup> Região (TRT-RN), demonstramos neste trabalho o registro da experiência de processamento técnico do ACP, apresentando os desafios encontrados durante o processo, trazendo informações sobre o antigo desembargador que dá nome ao acervo e contribuindo para a preservação da memória na instituição.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendendo a proposta de relato de experiência deste trabalho, faz-se necessária a apresentação das áreas temáticas abordadas, bem como das referências teóricas que o fundamentam. A seguir, apresentaremos uma breve contextualização sobre a função e o histórico da Justiça do Trabalho no Brasil, a relevância da memória para a Justiça e para a atuação das bibliotecas jurídicas, a caracterização biblioteca do TRT-RN e do ACP.

### 2.1 JUSTIÇA DO TRABALHO E O TRT-RN

A Justiça do Trabalho no Brasil é um ramo do Poder Judiciário cuja função principal é julgar conflitos decorrentes das relações trabalhistas, protegendo os direitos dos trabalhadores e empregadores, além disso, atua na prevenção de conflitos e na fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas (Delgado, 2019; Gomes, 2018). A garantia do respeito aos direitos dos trabalhadores e do cumprimento das obrigações dos empregadores identifica essa justiça como contribuinte para a redução das desigualdades sociais e para a construção de um mercado de trabalho mais justo e equilibrado (Santos, 2020).

A partir da promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988, que trouxe a previsão de obrigatoriedade da instalação de, pelo menos, um Tribunal Regional do Trabalho em cada



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Estado da Federação, foi iniciado um processo político e legislativo para a criação e instalação da Corte Trabalhista do Rio Grande do Norte. No início da década de 90, o TRT-RN foi criado com a Lei nº 8.215/91, em 25 de julho de 1991, e foi efetivamente instalado no dia 16 de junho de 1992 (Brasil, 2022). Inicialmente sob a presidência de José Vasconcelos da Rocha, com a composição de cinco juízes togados, dentre eles está Francisco das Chagas Pereira que é o foco deste artigo, e dois juízes classistas. Atualmente o Tribunal é composto por 23 Varas do Trabalho (Natal, Mossoró, Caicó, Currais Novos, Macau, Goianinha, Assú e Ceará-mirim) e um Posto Avançado em Pau dos Ferros e Posto de atendimento avançado da Zona Norte, duas Turmas de Julgamento e o Tribunal Pleno, composto por dez desembargadores (Brasil, 2022).

Dentre os órgãos administrativos, destaca-se a presença da biblioteca, cuja função é garantir o acesso à informação de forma precisa e eficaz. No contexto jurídico, como na Biblioteca do TRT-RN, seu papel vai além do apoio interno, contribuindo também com ações voltadas ao público externo e ao desenvolvimento social.

### 2.2 BIBLIOTECAS JURÍDICAS E MEMÓRIA

Para Miranda, Gallotti e Miranda (2016, p. 267), a biblioteca jurídica pode ser definida como:

[...] unidade de informação especializada por natureza que visa, dentre outras funções a de promover a mediação da informação jurídica. Para isso emprega meios de localização, acesso, organização, representação e difusão deste tipo de informação. Todos os seus serviços são voltados para o atendimento das necessidades de informação específicas de seu público.

Além das formas de atuação citadas anteriormente, a biblioteca jurídica pode trabalhar, assim como os memoriais e os arquivos, para a preservação da memória institucional, pois, abrange um conjunto de ações que tem como objetivo conservar a história das instituições e também refletir os processos vivenciados por elas, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2021).

A gestão da memória organizacional dos órgãos do Poder Judiciário tem sido objeto de um trabalho em rede, no qual representantes de diversos órgãos judiciais atuam em grupos articulados, com a participação de magistrados, servidores e especialistas, como arquivistas e bibliotecários de centros culturais, centros de memória, memoriais e museus, abrangendo todos



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

os segmentos da Justiça e instituições parceiras, como arquivos públicos, universidades e o Ministério Público, por meio da Rede MEMOJUS, dedicada à preservação e valorização da memória do Poder Judiciário brasileiro (Conselho Nacional de Justiça, 2021).

Criada a partir da experiência da Rede MEMOJUS, a Rede Bibliomemojus (Rede Nacional de Bibliotecas Judiciárias), propõe a interlocução e colaboração entre profissionais das bibliotecas judiciárias; a cooperação integrada entre bibliotecas; ampliação do acesso à informação jurídica; fomento a cultura da inovação e o aprimoramento do atendimento e tratamento dos acervos; e a difusão a memória do Poder Judiciário (São Paulo, 2025). Considerando que a participação da Biblioteca do TRT-RN, unidade informacional que gerencia o Acervo Chagas Pereira, abaixo apresentaremos uma caracterização da biblioteca do TRT-RN e do ACP.

### 2.3 A BIBLIOTECA DO TRT-RN

A Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto (BPMJN) é uma unidade administrativa pertencente à Secretaria da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Criada no início da década de 1990, a biblioteca teve seu funcionamento regulamentado pela Resolução administrativa Nº 019/2019, passando a ser denominada Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto (TRT-RN, 2019).

Após a publicação da PORTARIA TRT21-GP Nº307/2021 (Rio Grande do Norte, 2021). Essa unidade de informação passou a ser caracterizada como biblioteca pública temática, por ser foco em uma determinada área temática e, ao mesmo tempo, incorporar características de biblioteca pública (TRT-RN, 2021). A ênfase temática dos acervos pertencentes à BPMJN é direcionada principalmente ao direito do trabalho e também a outras áreas do direito, como direito administrativo, direito constitucional, direito civil, entre outras.

Apesar de não ser uma biblioteca departamentalizada, a BPMJN desempenha funções em serviços diversos, como o processamento técnico de material bibliográfico, desenvolvimento de coleções e serviço de referência (presencial e online). Dentro do contexto em que está inserida, esta unidade de informação segue padrões de funcionamento adequados às necessidades e recursos disponíveis em termos materiais e humanos.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Atualmente, a equipe da Biblioteca do TRT-RN é composta por um analista judiciário mestre em Biblioteconomia, que atua como gestor desta unidade de informação e também como supervisor de estágios supervisionados na área de Biblioteconomia; um técnico judiciário que atua no atendimento dos usuários presenciais; três estagiários do curso de Biblioteconomia que trabalham em conjunto com o bibliotecário na realização de projetos e serviços oferecidos pela biblioteca como no Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1 – Serviços da Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto (TRT-RN)**

SERVIÇO	DESCRIÇÃO
Empréstimo Bibliográfico Domiciliar	Serviço direcionado a estagiários, servidores e magistrados do TRT-RN que consiste no empréstimo de fontes bibliográficas dos acervos.
Empréstimo Bibliográfico para Unidade Administrativa	Serviço direcionado a unidades organizacionais TRT-RN (varas, gabinetes, setores) para uso interno por período superior ao prazo de empréstimo domiciliar.
Suporte a Pesquisa Local	Serviço voltado aos usuários atendidos nas dependências da biblioteca, que necessitam de suporte informacional para o desenvolvimento de pesquisas, e localização de fontes para o atendimento de suas demandas.
Suporte Informacional Online	Consiste no atendimento de demandas informacionais semelhantes às da pesquisa local, através da comunicação por tecnologias digitais de forma síncrona ou assíncrona.
Curadoria Jurídica Digital	Consiste na disponibilização de fontes de informação digital ao usuário interno de forma proativa, através da curadoria prévia de produções que abordam temáticas relacionadas ao foco de trabalho desenvolvido pela instituição.
Assessoria Bibliográfica e Normalização	Oferecimento de suporte ao processo editorial de produções institucionais do TRT-RN, como livros, ebooks, relatórios e periódicos em formato físico e digital.
Gestão do Repositório Digital Institucional do TRT-RN (RDI21)	Desenvolvimento e gestão de coleções digitais direcionadas aos objetivos da Biblioteca e do TRT-RN, com foco na inovação, Gestão da Informação e do Conhecimento e Memória Institucional.
Desenvolvimento de Projetos de Gestão da Informação e do Conhecimento	Criação, gestão e execução de projetos de gestão da informação e do conhecimento para o TRT-RN.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Realização e Gestão do Momento 2030	Clube de Leitura da Biblioteca do TRT-RN, um projeto com foco na promoção da leitura e gestão do conhecimento alinhado aos objetivos de desenvolvimento social da Agenda 2030, realizado mensalmente.
-------------------------------------	---

Fonte: Souza et al. (2024).

Quanto aos acervos físicos e digitais a biblioteca dispõe de 5 (cinco) acervos atualmente, que podem ser observados no quadro 2 abaixo:

**Quadro 2 - Acervos da Biblioteca Procurador Josino Neto (TRT-RN)**

Acervos	Descrição
Acervo Geral	Composto por livros de Direito do Trabalho e áreas afins, além de livros de diversas áreas do Direito, para o empréstimo domiciliar a usuários internos.
Acervo Chagas Pereira	Acervo de memória institucional composto de obras da biblioteca pessoal do ex-desembargador do TRT-RN, Francisco das Chagas Pereira, constituídas por livros clássicos em vários idiomas de diversas áreas do Direito.
Acervo 2030	Acervo criado para atendimento do público interno e externo com temática variada, alinhado ao perfil de biblioteca pública, e que permite o empréstimo domiciliar para usuários internos e externos.
Acervo de Periódicos	Acervo formado por diversos periódicos de Direito do Trabalho, entre eles as revistas da rede dos tribunais em formato físico.
Acervo do RDI21	Acervo de fontes de informação em formato digital disponibilizados no repositório institucional, organizado em coleções.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O acervo que se encontra em foco neste artigo é o Chagas Pereira, assim como os processos técnicos realizados para a organização e adequação do mesmo.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

### 2.4 O ACERVO CHAGAS PEREIRA

Referente ao ACP, é importante apresentar uma breve biografia do magistrado que dá nome a esta coleção. Francisco das Chagas Pereira, nascido em 28 de novembro de 1934, é natural de Timbaúba dos Batistas, distrito da cidade de Caicó/RN até 10 de maio de 1962. Filho de José Delfim de Araújo e Dona Isaura Isaurita de Araújo, formou-se como bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em março de 1964.

Licenciou-se no curso de Letras Neolatinas, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, e fez especialização na área de Literatura Francesa no *Centre d'Etudes Supérieures de Français*, na *Maison de France*, Rio de Janeiro, obtendo bolsa de estudos que lhe possibilitou fazer o *Cours de Préparation de Professeurs de Français à L'étranger*, na Universidade de Sorbonne, em 1959 à 1960. Formou-se mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atuou como professor da antiga Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), atual Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e também como professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, chegando a ocupar os cargos de Pró-reitor para Assuntos de Extensão Universitária da UFRN e Chefe de Gabinete do reitor da UFRN. Foi Coordenador-geral do Gabinete Civil (atual Secretário-adjunto) no governo estadual de José Agripino Maia entre 1983-1986.

Profundo conhecedor da obra do poeta natalense Jorge Fernandes, Francisco das Chagas Pereira também é autor de livros paradidáticos sobre Ferreira Itajubá e Eloy de Souza. Além disso, traduziu os livros de Auta de Souza “Itinerário de Uma Viagem à Alemanha” e “Três Anos na Itália Seguidos de Uma Viagem à Grécia”.

Nomeado juiz do Tribunal Regional do Trabalho em 1992, foi durante o seu mandato (1996-1998) que houve a inauguração do prédio da atual sede do TRT-RN. Foi juiz do TRT-RN na primeira composição no ano de 1992, o qual foi também presidente do TRT-RN no ano de 1996 até o ano de 1998 por um período de dois anos de mandato.

O desembargador Francisco das Chagas Pereira faleceu no dia 10 de setembro de 1999. Após sua morte sua família fez doações do seu acervo pessoal constituído por livros clássicos em vários idiomas de diversas áreas do Direito.

Imagem 1 - Francisco das Chagas Pereira



Fonte: Acervo Memorial TRT 21.

Os livros da coleção pessoal do desembargador, recebidos como doação na unidade de informação, receberam um tratamento técnico diferente dos demais acervos da biblioteca, fazendo-se necessária a realização de novos procedimentos metodológicos para que os mesmos seguissem o padrão encontrado na biblioteca.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os processos realizados no ACP foram iniciados há cerca de vinte anos, quando os livros foram recebidos na biblioteca do TRT-RN, e após um longo período de pausa nessas ações foram retomados no ano de 2024 pelo atual bibliotecário e duas estagiárias de Biblioteconomia, sendo de fato finalizado em junho de 2025 pela nova equipe composta por 3 estagiários em conjunto com o bibliotecário supervisor.

O ACP, como mencionado anteriormente, é composto por obras doadas da biblioteca pessoal do ex-desembargador do TRT-RN, e os primeiros exemplares da coleção foram cadastrados no sistema utilizado na biblioteca no ano de 2003. Os materiais foram classificados sem a utilização da Classificação Decimal Universal (CDU, 2024). Sistema de classificação adotado na BPMJN, usando apenas as letras (CP) que faz referência a Chagas Pereira seu sobrenome, como o número de chamada, e em alguns casos o número de Cutter, como observado na imagem 2.

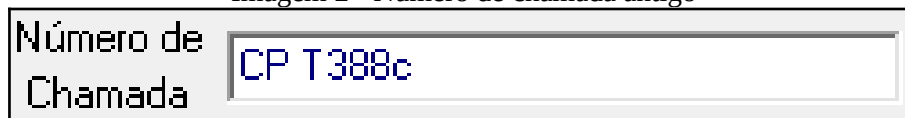


## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Imagem 2 - Número de chamada antigo



Fonte: Registrada pelos autores.

Foi percebida então a necessidade de uma atualização desta classificação, visto que ela não se assemelhava ao padrão utilizado nos demais acervos da biblioteca. Ao iniciar este processo foi verificado também que diversos dos exemplares não haviam sido inseridos no sistema, assim, foi necessário realizar esta inclusão. Ao fazermos a inserção no Sistema de automação e gestão da Biblioteca (SIABI) identificamos o uso da CDU em um padrão diferente do já adotado para os demais acervos. Atualmente, a Biblioteca do TRT-RN tem definido os principais temas e classes encontrados com maior frequência no acervo, com a notação da CDU e sua descrição de acordo com a definição para facilitar e agilizar o trabalho no processamento técnico como observado na imagem abaixo.

Tabela 1 - Trecho da Tabela CDU dos temas do acervo

331	Trabalho
331.252	Fundo de Garantia (FGTS)
331.105.44	Organização de empregados, trabalhadores, sindicatos
336	Finanças
336.132	Instituições e agentes da administração financeira pública
336.14	Orçamento público
	Controle orçamentário
	Receita pública
336.765	Arbitragem
339.923	Uniões econômicas. Comunidades econômicas. Blocos econômicos. MERCOSUL.
339.97	Política, planejamento, planos econômicos internacionais, supranacionais. Multinacionais. <b>Administração econômica internacional.</b>
34.021	Precedência, prioridades dos direitos
34.07	Organização externa do Direito. Órgãos administradores. Autoridades.
340	<b>Direito em Geral</b>
	Vade Mecum
340:004	Direito e a Ciência e Tecnologia da Computação.
	Processo Eletrônico.

Fonte: Registrado pelos autores.

Pensando no acesso ao acervo pelos usuários, optou-se por uma ordem de classificação mais simplificada, para o fácil acesso e compreensão dos usuários da instituição ao realizarem a busca de um material desejado. Além da CDU, no processamento técnico é



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

utilizada também a Tabela Cutter-Sanborn, objetivando facilitar a localização dos materiais, a partir do código baseado no sobrenome do autor, formado pelas três primeiras letras do sobrenome, podendo assim ordenar diversas obras de um único autor dentro de uma mesma classificação (Universidade Federal do Rio Grande, s.d).

Assim, os números de chamada dos livros, registrados no SIABI e nas etiquetas, foram ajustados. A partir da imagem a seguir é possível observar a diferença entre as etiquetas de localização anteriormente utilizadas para o Acervo Chagas Pereira e as utilizadas atualmente:

Imagem 3 – Etiquetas de localização anteriores e atuais



Fonte: Registrada pelos autores.

Na imagem 3 nota-se, que o número de localização utilizado era o número de tomo do exemplar, definido pelo catalogador inicial, enquanto nos exemplares a direita visualizamos a utilização da CDU e do número Cutter, assim como a edição, ano de publicação e número de código de barras do exemplar. Esse código pode ser também localizado na contracapa do livro, juntamente do número de registro bibliográfico, em uma etiqueta que o material deste acervo ainda não possuía.

Imagem 4 - Etiqueta localizada na contracapa do livro



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025



Fonte: Registrada pelos autores.

Observou-se no sistema da biblioteca, que o acervo Chagas Pereira conta com um total de 1646 registros bibliográficos neste acervo específico, no entanto a quantidade de exemplares ultrapassa esse número, chegando a 1673, como descrito na imagem 5, abaixo. Essa diferença ocorre pois o sistema contabiliza apenas a quantidade de registros bibliográficos, sem considerar a quantidade de exemplares por registro, levando à necessidade de elaborar uma planilha na qual fosse possível contabilizar os exemplares.

Imagem 5 - Quantificação do Acervo Chagas Pereira no SIABI

The screenshot shows the SIABI system interface for searching bibliographic records. The main search area is titled 'Recuperação Bibliográfica' and includes several filters:

- BIBLIOTECA:** 1 (Tribunal Regional do Trabalho - 21a. Região)
- Coleções ESPECIAIS:** 001 (Acervo Chagas Pereira)
- TIPO de Material:** 01 (Livro)
- Cód. Disciplina:** Todas as DISCIPLINAS Seleccionadas
- Área de Conhec.:** Todas as ÁREAS DE CONHECIMENTO Seleccionadas
- Cód. Operador:** Todos os OPERADORES Seleccionados
- CDU Inicial/Final:** (Empty)

Additional search options include 'Data Inicial e Final' (01/01/1940 to 14/07/2025) and 'No. Registros Recup.' (1.646). The interface also features a search button, a progress indicator (0%), and options to save results in various formats (Word, RTF) or generate an Excel spreadsheet.

Fonte: Registrado pelos autores.

Ao realizar a quantificação de exemplares do acervo foi possível também observar a variedade de idiomas encontrados na coleção, que incluíam desde o português ao italiano,



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

francês e espanhol, e a distribuição de anos de lançamento destas obras, com esses abrangendo desde as décadas de 1930 à 1990. Além disso, verificamos que os temas mais encontrados no acervo são Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito em geral. Devido à idade dos livros alguns desafios foram encontrados no decorrer das atividades, como a ausência de ficha catalográfica, e demais informações editoriais nas obras, o que dificultou o processo de catalogação e indexação. A condição física de alguns dos livros, também dificultou o processamento técnico das obras, o que demandou a utilização de máscaras e luvas cirúrgicas descartáveis, para o manuseio dos livros do ACP, que dentre estes também tinha exemplares em condições inadequadas para manuseio, que descarte em razão do em que se encontravam. Como podemos observar na imagem 6 abaixo.

Imagem 6 - Exemplar em condição inadequada



Fonte: Registrada pelos autores.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados neste artigo são fruto do desenvolvimento de classificação, catalogação e de todo processamento técnico de um acervo para unidade de informação. Esse processo, além do fator puramente técnico, pode ser visto também através das lentes da organização da memória institucional, ao manter materiais que contribuíram diretamente para o desenvolvimento de conhecimentos de um magistrado do TRT-RN.

Os processos realizados, além de facilitarem o trabalho realizado pelos profissionais da unidade de informação, auxiliam os usuários, promovendo maior autonomia e eficiência na busca por materiais. Considerando apenas as imagens registradas, demonstrando as etiquetas, é perceptível a diferença que um modelo padronizado traz consigo, mas a inserção do acervo completo ao sistema e a indexação dos materiais permitem que a busca seja realizada no sistema sem grandes dificuldades.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo técnico do ACP se iniciou há cerca de vinte anos, a partir do recebimento dos livros doados pela família do ex-desembargador do TRT-RN. Porém, diante da necessidade de atualização, esse processamento técnico foi reiniciado no ano de 2025 e finalizado em junho de 2025, por uma nova equipe composta por 3 estagiários do curso de Biblioteconomia em conjunto com o bibliotecário supervisor.

O legado informacional da biblioteca particular do ex-desembargador Francisco das Chagas Pereira oferece uma perspectiva singular sobre o pensamento jurídico de uma figura relevante para o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Tal valor se manifesta tanto no conteúdo das obras quanto nas anotações manuscritas pelo próprio magistrado, que revelam aspectos do contexto jurídico e intelectual da época. Esses elementos evidenciam a importância da coleção como fonte primária para pesquisas futuras.

Por fim, destaca-se a relevância deste relato de prática para profissionais e estudantes de Biblioteconomia, bem como para demais integrantes das bibliotecas jurídicas, ao evidenciar o papel fundamental dos bibliotecários e estagiários na preservação e difusão da memória institucional por meio do tratamento e disponibilização de acervos dessa natureza.



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

### REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de gestão de memória do poder judiciário**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/481>. Acesso em: 07 ago. 2025.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DELGADO, G. **A Justiça do Trabalho e seus desafios no século XXI**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GOMES, R. **Instituições e desenvolvimento sustentável: o papel da justiça**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Classificação Decimal Universal (CDU)**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/classificacao-decimal-universal-cdu>. Acesso em 4 de jul. 2025.

JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO. **Bibliomemojus**: seção judiciária de São Paulo. São Paulo: Justiça Federal Seção Judiciária de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.jfsp.jus.br/bibliotecas/bibliomemojus>. Acesso em: 21 julho 2025.

MACHADO, L. **Desenvolvimento econômico e justiça social**. Porto Alegre: Fabris, 2021.

MEMOJUS BRASIL. **Revista MemoJus Rede de Memória do Poder Judiciário**. [S.l.], MEMOJUS BRASIL, 2025. Disponível em: <https://www.memojus.com.br/revista/edi%C3%A7%C3%A3o-atual> Acesso em 13 Ago. 2025.

OLIVEIRA, P. **Recursos jurídicos e a eficiência da Justiça do Trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. **Portaria TRT21-GP nº 307/2021**. Natal: TRT21, 2021b. Disponível em: <https://www.trt21.jus.br/legislacao/expediente/portaria-presidencia/2021/307>. Acesso em: 22 julho 2025.

SANTOS, A. **Trabalho decente e crescimento econômico**. Curitiba: Juruá, 2020.

SOUZA, L. N. et al. A experiência da Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto na implementação do Repositório Digital Institucional “RDI21” no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região: utilizando a plataforma DSpace. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2024, Recife. **Anais do XXX Congresso**



## 27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

**Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.** Pernambuco: FEBAB, 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3434>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SOUZA, L. N. et al. Acervo 2030: relato sobre a criação de um acervo público pela Biblioteca jurídica do TRT-RN. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2024, Recife. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.** Pernambuco: FEBAB, 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3426>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ. **Revista Memojus é lançada no V Encontro Nacional de Memória do Judiciário.** Pará: Tribunal de Justiça do Pará, 2025. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/2253189-revista-memojus-e-lancada-no-v-encontro-nacional-de-memoria-do-poder-judiciario.xhtml>? Acesso em 13 Ago. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO. **Resolução Administrativa nº 19, de 22 de abril de 2019.** Acrescenta ao nome da Biblioteca Miguel Josino Neto a designação "Procurador" e regulamenta o funcionamento desta. Natal: TRT 21, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/31OPG4p>. Acesso em: 11 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Tabela Cutter-Sanborn e Tabela PHA.** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: [https://biblioteca.furg.br/pt/ferramentas/tabela-cutter-sanborn#:~:text=Na%20Tabela%20Cutter%2DSanborn%2C%20%C3%A9,assunto%20\(n%C3%BAmero%20de%20classifica%C3%A7%C3%A3o\)](https://biblioteca.furg.br/pt/ferramentas/tabela-cutter-sanborn#:~:text=Na%20Tabela%20Cutter%2DSanborn%2C%20%C3%A9,assunto%20(n%C3%BAmero%20de%20classifica%C3%A7%C3%A3o).). Acesso em 3 de jul. 2025.